



**AO EXMO. DR. PROCURADOR DA REPÚBLICA PEDRO NICOLAU
MOURA SACCO**

Petição de juntada e pedido de outras providências

PP - 1.29.000.004606/2018-88

As organizações, redes, fóruns e espaços coletivos, por meio de seus representantes abaixo-assinados, vêm juntar material da CPI de 1977; documentos do Conselho Indigenista Missionário dos anos de 1974 e 1975 sobre a situação dos indígenas do Sul país; e outras matérias e entrevistas pertinentes à denúncia realizada. Há diversos pontos que colaboram com a denúncia feita, mas se destaca, especialmente, o que se segue:



1. Relatório Final da CPI de 1977

Dos lucros auferidos sobre às terras indígenas e/ou com trabalhos forçados

No Relatório da citada CPI (cópia em anexo), aprovado pela Resolução nº 172 de 1978 do Congresso Nacional, há a indicação de uma série de fatos violadores cometidos pelos governos ditatoriais. Entretanto, se quer ressaltar as informações trazidas pelo General Ismarth Araújo de Oliveira, a época Presidente da FUNAI, sobre os ganhos econômicos nas áreas indígenas do Sul do país, inclusive, utilizando a força de trabalho destes povos, por diversas vezes.

Nas fls. 333, o Gen. Ismarth afirmava que em seis postos indígenas existiam projetos econômicos da FUNAI, quais sejam:

- Xapecó - Santa Catarina - Projeto Serraria
- Mangueirinha - Paraná- Projeto Serraria
- Palmas - Paraná - Projeto Serraria
- Guarapuava - Paraná - Projeto Serraria
- Guarita - Rio Grande do Sul - Projetos Serraria e Soja
- Nonoai - Rio Grande do Sul - Projeto Soja

Em relação as demais terras indígenas, o General alegava, para a CPI, que seriam projetos comunitários da própria população indígena, o que a realidade negava, podendo, então, ser apurado por este procedimento de forma mais detalhada. O General Ismarth ainda trouxe a produção e valores dos ganhos auferidos, que podem ser utilizados como referência para uma futura ação judicial de reparação:



- 1) - Serraria de Xapecó
Produção prevista: 5.600 dúzias
Realizada: 6.133 dúzias
Média mensal: 1.022 dúzias
- 2) - Serraria de :Mangueirinha
Produção prevista: 5.600 dúzias
Realizada: 2.626 dúzias
Média mensal: 437 dúzias
- 3) - Serraria de Palmas
Produção prevista: 1.540 dúzias
Realizada: 1.402 dúzias
Média mensal: 233 dúzias
- 4) - Serraria de Guarapuava
Produção prevista: 1.540 dúzias
Realizadas: 1.361 dúzias
Média mensal: 227 dúzias
- 5) - Serraria de Guarita
Produção prevista: 296 dúzias
Realizada: 248 dúzias
Média mensal: 41 dúzias.

Há indícios de que a produção demonstrada está aquém, como se depreende da própria fala do General, de que haveria denúncias neste sentido e que ele negava. Dado todo o contexto autoritário e violador do período, merece, mesmo que tardiamente, que isto seja apurado.

Apontava ainda, o então Presidente da FUNAI, que houve ganhos com desmatamento em outros locais, mas que estavam desvitalizados. No Rio Grande do Sul seriam o Posto Indígena de Nonoai (Cr\$ 60.550,00) e Posto Indígena de Ligeiro (Cr\$ 262.003,94) (fls. 335).



Os projetos de soja, conforme o relato, deram-se em duas localidades do Rio Grande do Sul, Nonoai e Guarita (fls. 334). Cabe aqui ressaltar que, a imposição de projetos alheios à cultura indígena, traz conflitos e prejuízos a essas comunidades, provocando, inclusive, desagregação até hoje:

Mês passado, enquanto o Brasil iniciava a nova safra de soja, os anciãos de Serrinha formalmente reclamaram da falta de fiscalização dos TACs por parte do MPF e da Funai. Eles alegaram que os líderes indígenas que controlam o aluguel das terras não prestam contas, enquanto crianças morrem de fome nas reservas.

"O arrendamento, que coopta lideranças mediante vantagens individuais, traz prejuízos às coletividades indígenas, mormente pela violência que acompanha tais conflitos", segundo o conselho de anciãos em Serrinha¹.

Importante, investigar este quadro a partir do Relatório do CIMI de 1975, que constata trabalhos forçados, trabalho análogo a escravo, no mesmo período que o Presidente da FUNAI alegava que os rendimentos foram revertidos para as próprias comunidades. Além deste documento, os próprios indígenas afirmam o contrário, apontando que havia a cooptação de algumas lideranças, que ganhavam pequenas vantagens, mas que nada era revertido à coletividade. Havia sim, castigos físicos, proibição de falar a língua, condições degradantes de trabalho²³. O Livro *Os fuzis e as flechas*,

¹ REUTERS. **Com fiscalização frouxa, plantio de soja em áreas indígenas gera conflitos:**

O arrendamentos e parcerias rurais em terras indígenas são proibidos por lei. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Sustentabilidade/noticia/2020/11/com-fiscalizacao-frouxa-plantio-de-soja-em-areas-indigenas-gera-conflitos.html>. Acesso em: 08 mar 2020. Publicado em: 13 nov 2020

² SILVA, Rodrigo de Medeiros. **Os indígenas do Rio Grande do Sul e a Ditadura Militar.** Disponível em: <https://forumjustica.com.br/bibliotecas/os-indigenas-do-rio-grande-do-sul-e-a-ditadura-militar/>. Acesso em: 08 mar 2021. Publicado em: 2019.

³ PAULA, Deuclides de. **O Kaigang Euclides de Paula fala sobre a Ditadura Militar.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w-pgpPZdoow>. Acesso em: 08 mar 2020. Publicado em: 02 dez 2018.



também aborda tal incongruência do que foi levado pelo Gen. Ismarth à CPI comentada e o que o CIMI constatava na aldeias indígenas⁴.

Perseguição a Indígenas que participassem de reuniões por direitos

No Relatório da CPI, visando defender-se da acusação de tolher o direito de reunião, o Gen. Ismarth traz um constrangedor depoimento, com fortes indícios de coação. Trata-se do indígena João Maria Ferreira, que trabalhava na Serraria de Xapecó, que foi participar de uma reunião nas Ruínas de São Miguel, no Rio Grande do Sul e, por isso, teria sido demitido. Entretanto, o então Presidente da FUNAI, afirma que a demissão teria ocorrido por abandono ao emprego e junta o seguinte o depoimento:

"Eu, João Maria Ferreira, índio, residente e domiciliado no Posto Indígena Xapecó, declaro, para todos os fins e na melhor forma de direito, que não declarei nada e tampouco autorizei a imprensa falada e escrita deste País a fazer declarações de qualquer ordem em meu nome. Declaro, também, que abandonei o serviço na serraria, porque fui participar de uma reunião do CIMI, em Santo Ângelo depois de muita insistência do Padre Dionísio Egon. Na oportunidade falei a ele que não podia faltar ao serviço, mas o mesmo disse que não haveria problema com as faltas." (p.344)

Após a leitura deste depoimento, o General passa a atacar o apoio do CIMI aos povos indígenas (p.344). A visão da Ditadura sobre a Igreja que atuava solidariamente junto às demandas dos segmentos vulnerabilizados era negativo e monitorava, perseguia religiosos e missionários, tendo havido, inclusive, detenção do Bispo de Santo

⁴ VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas**: história de sangue e resistência indígena. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017,p.241.



Ângelo (RS), na década de 70, como traz o 2º Volume do Relatório da Comissão Nacional da Verdade:

O caso da detenção do bispo da Diocese de Santo Ângelo (RS) Dom Aloísio Lorscheider é ilustrativo dos limites que a tensão entre Estado e ICAR alcançou, já que ele era, à época (1970), o secretário- geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).¹⁹ O bispo estava no Rio de Janeiro quando forças do Exército invadiram o Centro de Estudos dos Jesuítas, então coordenado pelo padre Bastos Ávila. Ocorria, naquela ocasião, um encontro de integrantes da Juventude Operária Católica (JOC), no Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (Ibrades), para onde Dom Aloysio deveria ir. O bispo ficou incomunicável, detido pelo comandante da operação, por quatro horas. Na operação foram detidos também, arbitrariamente, entre outros, os integrantes da JOC, padre Agostinho Pretto, padre Mario Pringol (missionário da ordem Salentina), casal Ferreirinha e Irony (grávida de seis meses). Os bispos da CNBB percorreram vários corredores da ditadura para obter informações sobre o destino dos detidos. A situação foi considerada de alto constrangimento, e se resolveu somente por intervenção das autoridades militares do I Exército no Rio de Janeiro (p.164).

Este monitoramento é constatado também por outras fontes:

Para quebrar o sigilo das reuniões mantidas entre Cimi e indígenas, pelo menos uma vez o serviço de inteligência da Funai se valeu de informações de membros do próprio clero que não apoiavam os missionários. Quando o Conselho marcou um ``curso de formação de pastoral indigenista`` com índios em Ijuí (RS), o bispo de Frederico Westphalen, do Bruno Maldaner, pediu autorização ao arcebispo em Porto Alegre, dom Vicente Scherer, para enviar ao local um diácono, Antônio Rabelo Nascimento. Em bilhete manuscrito, Scherer disse que não tinha ``nada a opor`` a que o diácono a que o diácono ``preste colaboração nessa e em outras dioceses nas atividades a favor da população indígena``. Um ofício enviado de Curitiba a Brasília pelo delegado regional Francisco Neves Brasileiro afirma que as informações sobre o encontro do Cimi foram obtidas como ``fruto dos nossos entendimentos em Porto Alegre com o representante [...]de Vicente Scherer e outras colhidas pelos chefes`` da Funai. Em carta, o diácono Nascimento disse que o curso foi feito ``à portas fechadas, quase que secreto``, em um ``clima de tensão e medo`` [...] Nascimento chegou a conclusões alarmantes sobre os



propósitos do Cimi. Para ele, os religiosos queriam
''concretizar seus ideais socialistas no Brasil''⁵

Para os indígenas, isto se mostrava mais forte, impedindo que se reunissem, com retaliações de diversas ordens. A missionária indigenista Jussara Rezende, na *Live* organizada pelo Fórum Justiça intitulada "Indígenas do Rio Grande do Sul e Ditadura Civil Militar"⁶, destaca a importância das assembleias indígenas da década de 70, que a partir delas, ocorreram ganhos para conquista dos seus direitos e para a solidariedade entre os povos. A missionária também relata que, com a FUNAI militarizada, as aldeias indígenas viravam verdadeiros campos de concentração, obrigando aos indígenas obterem autorização para circularem, participarem de atividades, etc. Isto fez com que organizassem reuniões clandestinas, à noite, para viabilizá-las ou mesmo evitar monitoramento e repressão (1:24:55 a 1:27:43).

2. Entrevistas a Missionários Indigenistas

O Fórum Justiça, de novembro a dezembro de 2020, realizou uma série de entrevistas com missionários (as) indigenistas que acompanharam a questão da Ditadura, na região Sul do país. Assim, destaca-se, em seguida, alguns trechos, com os endereços eletrônicos, para o devido acesso na íntegra.

A primeira entrevista foi com o indigenista Egydio Schwade, um dos fundadores do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Egydio confirma que na década de 70, os governos militares impunham trabalho análogo a escravo, nas aldeias indígenas da Região Sul:

⁵ VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas**: história de sangue e resistência indígena. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p.55.

⁶ FÓRUM JUSTIÇA. **Indígenas do Rio Grande do Sul e a Ditadura Civil-Militar**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uuU-RevF4rc>. Acesso em: 08 mar 2021. Publicado em: 11 dez 2020.



Durante a Ditadura Militar os militares aproveitaram diversas áreas indígenas, principalmente no Sul, a dos Kaingang, para a produção de grãos, tanto pela FUNAI, como por agronegociantes, valendo-se da mão de obra dos índios que acabavam sendo escravizados sobre sua própria terra. Produziam para o órgão oficial e fazendeiros, sem verem jamais o lucro. A FUNAI não atendia às mossas denúncias por isso a gente recorria na época à Imprensa. Os indígenas que resistiam sofriam violência ou eram assassinados. A floresta que restava da depredação do SPI-Serviço de Proteção aos Índios nas áreas indígenas do Sul, voltou a ser alvo de exploração. Quem se opunha era perseguido ou morto. Foi o caso do líder Ângelo Kretã, de Mangueirinha/Paraná que se lutou contra a destruição do último pinhal nativo que ainda restava⁷.

O Sr. Egidio também confirmou em sua entrevista, que ocorreu perseguição da Ditadura aos missionários que se colocavam ao lado da causa indígena. E relaciona algumas situações nas quais isto ocorreu. Na *Live* indicada, ele também fala das remoções forçadas e assassinato (12:31 a 14:37)⁸.

A indigenista Jussara Rezende, em sua entrevista, traz inúmeras contribuições a este procedimento. Ela destaca como os indígenas eram tratados como empecilhos ao desenvolvimento, por parte da Ditadura e elenca algumas violações cometidas. Também fala sobre a perseguição aos apoiadores da causa indígena, questão que novamente abordou na citada *live* do Fórum Justiça (1:25:25 a 1:27:43)⁹. Ainda descreve como a Ditadura instrumentalizava o debate

⁷ SCWADE, Egidio. **A questão indígena e a Ditadura Civil-Militar**: O Fórum Justiça no Rio Grande do Sul publica esta série de entrevistas com missionários que se colocaram ao lado da causa indígena e dos povos originários. Disponível em: <https://forumjustica.com.br/a-questao-indigena-e-a-ditadura-civil-militar-o-forum-justica-no-rio-grande-do-sul-publica-esta-serie-de-entrevistas-com-missionarios-que-se-colocaram-ao-lado-da-causa-indigena-e-dos-povos-originario/>. Acesso em: 08 mar 2021. Publicado em: 02 nov 2020.

⁸ FÓRUM JUSTIÇA. **Indígenas do Rio Grande do Sul e a Ditadura Civil-Militar**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uuU-RevF4rc>. Acesso em: 08 mar 2021. Publicado em: 11 dez 2020.

⁹ FÓRUM JUSTIÇA. **Indígenas do Rio Grande do Sul e a Ditadura Civil-Militar**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uuU-RevF4rc>. Acesso em: 08 mar 2021. Publicado em: 11 dez 2020.



sobre emancipação, para, na verdade, extinguir os indígenas no plano formal e poder mais livremente explorar os seus territórios:

Durante a segunda metade da década de 70, o Ministro do Interior, Rangel Reis, do governo Geisel, tentou emplacar um anteprojeto de lei que permitiria a emancipação coletiva de povos indígenas. Dizia que ia acabar com o paternalismo através da integração dos índios à nossa sociedade, desenvolvendo projetos econômicos em suas terras, iniciando pelos estados do sul e MS, argumentando que as comunidades indígenas que aí viviam estavam já "aculturadas" e integradas à sociedade envolvente. Os indígenas receberiam lotes individuais.

Rangel Reis, com a emancipação, pretendia em 10 anos, em suas próprias palavras "reduzir para 20 os 220 mil indígenas existentes".

O que estava por detrás dessa falsa emancipação era despojar os povos indígenas de seus territórios com a intenção de liberar suas terras para os não-índios explorarem, seja para a agricultura familiar ou industrial, mineração, exploração madeireira etc. O objetivo era integrar as terras indígenas dentro do sistema capitalista (tal qual agora).

A reação de chefes indígenas foi forte, contundente. Reunidos em Assembleias Regionais e Nacionais, discutiam o assunto e posicionavam-se contra a tal da emancipação, através de documentos à FUNAI, audiências com o seu presidente Ismarh de Araújo e também denunciando à imprensa. Mário Juruna, do povo Xavante, em audiência com o presidente da FUNAI, afirmou que os indígenas iriam desaparecer transformando-se em caboclos.

Somando-se em apoio aos povos indígenas, antropólogos, sociólogos, juristas, sertanistas, missionários, estudantes, realizaram encontros emitindo suas posições em manifestos e denúncias à imprensa. Isto aconteceu em várias regiões do Brasil, tendo maior repercussão nas cidades do Rio de Janeiro, Campinas (SP) e São Paulo. A questão indígena acabou por aglutinar e direcionar a insatisfação de setores importantes da sociedade brasileira organizada no apoio à causa indígena. Como um guarda-chuva, abrigou e organizou setores que se opunham à ditadura militar.

O Cimi teve participação decisiva nesta Campanha. Apoiava os chefes indígenas na realização de suas assembleias e ao mesmo tempo, cumpria com seu papel profético de denúncias através de vários meios, sendo o de maior repercussão os jornais, principalmente o jornal "O Estado de São Paulo" e "Jornal do Brasil". O Estado São Paulo chegou, por mais de uma vez, a questionar, em seu editorial o projeto de emancipação. A CNBB fez nota pública à imprensa criticando duramente o governo. Antropólogos do Museu Nacional manifestaram-se publicamente. Outro Manifesto foi assinado



por mais de 150 antropólogos, juristas, missionários e outras figuras proeminentes.

Vale lembrar que houve povos indígenas (cansados de serem explorados e roubados, primeiro pelo SPI- Serviço de Proteção aos Índios e depois pela FUNAI) que se posicionaram num primeiro momento a favor da emancipação. A razão disso foi acreditarem que poderiam ser independentes da FUNAI e gerir eles próprios seu patrimônio. No sul do Brasil, Santa Catarina, isto aconteceu com o povo Xokleng, que, posteriormente devidamente informados, voltaram atrás.

De 1975 a 1978 Rangel Reis buscou incessantemente viabilizar a "emancipação" coletiva dos indígenas. Finalmente, em 1978, dois atos públicos foram como a pá de cal para que o Governo Geisel recuasse. Em 07 novembro, no Rio de Janeiro, com cerca de 700 pessoas e no dia seguinte, dia 08, no TUCA, auditório da PUC em São Paulo, o Ato Público Contra a Falsa Emancipação, reuniu mais de 2 mil pessoas. Chefes Indígenas, antropólogos, juristas faziam parte da Mesa. O Cimi, com seu representante na pessoa extraordinária de Dom Tomás Balduino, fez parte da Mesa. Missionários do Cimi Sul e de outros regionais participaram. Me lembro bem deste Ato no TUCA. Estávamos presentes e foi um fato marcante.

A campanha conhecida como "Índio, ame-o ou emancipe-o" foi uma resposta ao governo federal, numa analogia ao slogan do Governo para as pessoas que faziam oposição à ditadura "Brasil: ame-o ou deixe". Henfil fez uma charge que foi espalhada pelo Brasil através de cartazes, camisetas, onde se via um indígena com a frase:

"Índio, ame-o ou emancipe-o"¹⁰

A indigenista Juracilda Veiga também fala um pouco sobre o impacto negativo da Ditadura nas comunidades indígenas do Sul do país:

Como o Marechal Rondon era Militar, os indígenas sempre consideraram o exército seu aliado. Nunca relacionaram seus problemas à instituição, mas aos desmandos do mandante local.

No entanto, foi um período de recrudescimento do autoritarismo nas terras indígenas.

No Paraná e Santa Catarina as indígenas foram obrigadas a passar por exames ginecológicos para que os médicos pudessem estudar o benefício do parto de cócoras, que é uma tecnologia indígena. Esse estudo deu tão bom resultado que

¹⁰ REZENDE, Jussara. **Jussara Rezende, missionária e integrante do CIMI, relata como foi a questão indígena durante a Ditadura Civil-Militar.** Disponível em: <https://forumjustica.com.br/jussara-rezende-missionaria-e-integrante-do-cimi-relata-como-foi-a-questao-indigena-durante-a-ditadura-civil-militar/>. Acesso em; 08 mar 2020. Publicado em: 2020.



hoje no Hospital da Unicamp-Centro de Atendimento Integrado a Saúde da Mulher-CAISM se faz parto de cócoras, enquanto as mulheres e parteiras Kaingang foram ameaçadas de continuar essa prática sob risco de prisão, caso mulher ou criança morresse num desses partos tradicionais. A medicina fitoterápica e de massagem dos Kaingang é muito desenvolvida, mas foi colocada sob suspeição e descrédito pelos agentes de saúde e médicos que atendiam a população. Vi durante esse tempo auxiliar de enfermagem destruir as garrafadas de remédios fitoterápicos dos indígenas sob a alegação de que não serviam para nada.

Ainda hoje, o atendimento nos hospitais é traumático para as mulheres indígenas, pelo desrespeito, preconceitos e má qualidade do atendimento. Nenhum trabalho foi feito no sentido de uma medicina que mediasse as questões culturais. Os Kaingang faziam um ritual para os mortos onde produziam uma cerveja de hidromel chamada de Kiki. Ela foi proibida junto com as bebidas destiladas introduzidas pelos não indígenas. Esse ritual permite o acesso dos mortos recentes ao paraíso. Isto é, a aldeia dos parentes mortos, Weinkupring Iamá, ou Numbê. Essa prática foi desqualificada pelo Summer Instituto, que transformou a palavra numbê de mundo dos mortos, foi traduzida por inferno. E aumentou grandemente a entrada das igrejas evangélicas pentecostais nas terras indígenas, que desrespeitam essas práticas.

Atualmente não há como recuperar a prática desse culto aos mortos porque os rezadores morreram sem transmitir os saberes e poderes para outros aprendizes. Isso é uma perda irreparável¹¹.

Na entrevista com Alberto Capucci, pode-se apreender sobre o impacto da desterritorialização sofrida pelos indígenas no período¹². E a entrevista com o Professor Wilmar da Rocha D'Angelis é especialmente rica, sobre o aspecto da importância e do dano às línguas indígenas. Também trata dos trabalhos forçados e da degradação ambiental causada:

Começo por acrescentar um dado que não referi, ainda, acima: a repressão dentro das terras indígenas e a

¹¹ VEIGA, Juracilda. **Entrevista com Juracilda Veiga, indigenista que atua junto às comunidades do Sul do Brasil**. Disponível em: <https://forumjustica.com.br/entrevista-com-juracilda-veiga-indigenista-que-atua-junto-as-comunidades-do-sul-do-brasil/>. Acesso em: 08 mar 2021. Publicado em: 2020.

¹² CAPUCCI, Alberto. **A questão indígena e a ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul**. Disponível em: <https://forumjustica.com.br/a-questao-indigena-e-a-ditadura-civil-militar-no-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: 08 mar 2021. Publicado em: 2020.



constituição de “comandos” repressivos, verdadeiras milícias, sob comando dos chefes de posto em cada área.

É fato bastante conhecido que, durante a Ditadura, uma grande quantidade de militares da reserva (os de maior patente eram capitães) foram empregados como Chefes de Posto, em função de confiança. A admissão nos quadros da FUNAI também não exigia qualquer rito especial, muito menos preparo especializado.

Estabelecidos na terra indígena, além de conhecidos casos de abuso sexual contra mulheres indígenas, esses prepostos da ditadura trataram de criar um grupo local de indígenas apoiadores, executores, juntamente com o próprio Chefe de Posto, de política repressiva sobre a comunidade. A propósito, à época o Chefe de Posto é quem escolhia e impunha o cacique para a comunidade, e por alguns anos a FUNAI remunerou os cacique nomeados por seus funcionários.

Nenhum indígena podia sair de sua terra para uma viagem a outra terra indígena, por mais próxima que fosse (como entre Xapecó e Palmas, que distam menos de 80 km), e qualquer que fosse o seu parentesco lá (onde poderia morar sua mãe, seu pai ou seus irmãos), sem ter uma autorização escrita do Chefe de Posto, a chamada “Portaria”, papel esse que era obrigado a apresentar ao Chefe de Posto da área indígena aonde fosse visitar, imediatamente no dia de sua chegada lá. A “portaria” informava o motivo da viagem e em quantos dias aquele indígena deveria retornar à área de origem. No dia marcado para o término do prazo, ele deveria comparecer novamente ao chefe de posto da terra visitada, e receber dele um carimbo e ordem de retorno, que ele deveria então apresentar ao seu Chefe de Posto, na sua área, quando chegasse de volta. Era efetivamente um campo de concentração. Indígenas que ousassem sair sem essa autorização (e alguns, corajosos, o fizeram algumas vezes), para participar de reuniões com outras lideranças indígenas (como eram, por exemplo, as chamadas “Assembléias de Chefes e Lideranças Indígenas” apoiadas pelo CIMI), eram considerados rebeldes, e sofriam a punição de cadeia ao retornarem para sua área. Por vários dias, às vezes até mais de uma semana, passavam trancafiados em uma “cadeia” fria, às vezes sem comida, outras vezes obrigados a trabalhos forçados.

Trabalhos forçados eram, aliás, previstos para todos. No Xapecó a FUNAI mantinha uma “fazenda” de gado (nunca se soube o destino do que se criava ali), e uma vez por ano todos os homens de cada aldeia deviam dar um dia de serviço roçando a internada “da FUNAI”.

Era tal a compreensão da FUNAI e seus servidores sobre seu papel e seus direitos sobre as terras indígenas que certa feita, por 1979 ou 1980, tendo eu ido visitar a Terra Indígena de Nonoai, estando em conversa na casa do cacique José Lopes (que era visível da sede do Posto da FUNAI, que distava uns 250 ou 300 metros), a certa altura fomos abruptamente interrompidos pelo então chefe de Posto (Alan, se minha



memória não falha), que, dirigindo-se a mim, as primeiras palavras que disse foi: "O senhor não sabe que quando a gente entra em uma propriedade, a primeira pessoa que a gente tem que procurar é o gerente? Essa é uma fazenda da FUNAI, portanto o senhor tem que se dirigir ao Chefe de Posto!".

O saldo dessas posturas e práticas da FUNAI foi a criação de uma cultura de repressão e uma cultura de corrupção dentro das comunidades indígenas. Todos os caciques kaingang corruptos (e são vários) foram "cria" desse período, ou auxiliares e seguidores dos caciques corruptos e repressores criados pela FUNAI: gente como o Cacique José Domingos, no Xapecó; Sebastião Alfaiate, em Guarita; Antonio Míg, na Serrinha; e vários outros, e seus sucessores. No Xapecó o chefe de Posto, João Maeder, cercou-se da família Belino, entre outros. Seu cacique, José Domingos, anos depois da saída de João Maeder, foi substituído por um dos Belino e, na sequência, nos anos seguintes, dois outros Belino se seguiram. Além da exploração das terras agricultáveis, em forma de uma "cooperativa" restrita a uma elite dominante na comunidade, tais caciques seguiram promovendo venda ilegal de madeiras e implementaram uma grande extração ilegal de pedras semipreciosas. Envolveram-se com a política local, elegendo vereadores, Presidente da Câmara e Vice-Prefeito, envolvendo nisso uma negociata com ocupantes de terras da comunidade indígena reivindicadas pelos mais velhos e reconhecidas pela FUNAI, mas nunca devolvidas aos índios (e em troca disso, tais corruptos recebiam propina e espaço político).[11] Envolvidos na política local, caciques como Valdo e Orides Belino permitiram a entrada, para morar, na terra indígena, de muitos não-índios, fato denunciado à FUNAI, que nunca tomou providências, como também jamais tomou providências diretas contra os arrendamentos ilegais promovidos pelos mesmos caciques corruptos (em Xapecó, Nonoai, Serrinha e Guarita, entre outras).

Penso que esse triste legado é claramente um produto da Ditadura e sua atuação dentro das comunidades indígenas, ao lado da destruição dos recursos naturais, que resultou na miserabilidade das famílias e que hoje obriga os jovens pais indígenas a enfrentar jornadas de viagem de até 6 horas (3 de ida, e 3 de volta) para trabalhar como empregados nos piores postos em frigoríficos na região Oeste de Santa Catarina, Sudoeste do Paraná e Norte-Noroeste do Rio Grande do Sul. Ou a passar meses fora de casa, na colheita da maçã em cidades do meio-oeste catarinense o do nordeste gaúcho, ou ainda na colheita de uvas na serra gaúcha nos primeiros meses do ano.

Do ponto de vista linguístico, no início dos anos 70 a FUNAI firmou convênio com o Summer Institute of Linguistics (SIL), que sob a fachada de instituto de pesquisa linguística de fato tenta esconder um empreendimento evangélico missionário totalmente desrespeitoso com as culturas indígenas, cujos principais traços próprios são taxados de demoníacos por tais missionários.[12]



Com o apoio institucional da FUNAI, o SIL implantou, entre os Kaingang, um ensino escolar fundado no que os linguistas chamam de “bilinguismo de transição” ou “bilinguismo de substituição”, tendo formado em um centro de capacitação conveniado com a FUNAI, os “monitores” indígenas que atuavam nisso. Trata-se de um tipo de programa que emprega a língua indígena apenas para alfabetização, e promove sua substituição paulatina, mas célere, pela língua portuguesa em 4 anos de escola. Como denunciam frequentemente os linguistas, esse tipo de ensino bilíngue não favorece ou fortalece a língua indígena, mas o contrário: contribui muito para seu enfraquecimento.[13] De fato, a primeira geração dos jovens kaingang que frequentou esse tipo de escola, nos anos 70, foi a primeira a abandonar o uso da língua materna. A perda linguística entre os Kaingang, hoje, estima-se em torno de 50% (metade da população total kaingang, de mais de 45 mil pessoas, não fala a língua ancestral). Desse percentual, estimo que metade ou mais é resultado desse tipo de programa de ensino¹³.

Como visto, há inúmeros fatos rememorados nas entrevistas a serem aprofundados, que são pertinentes a este procedimento.

3. Documentos do CIMI de 1974/1975

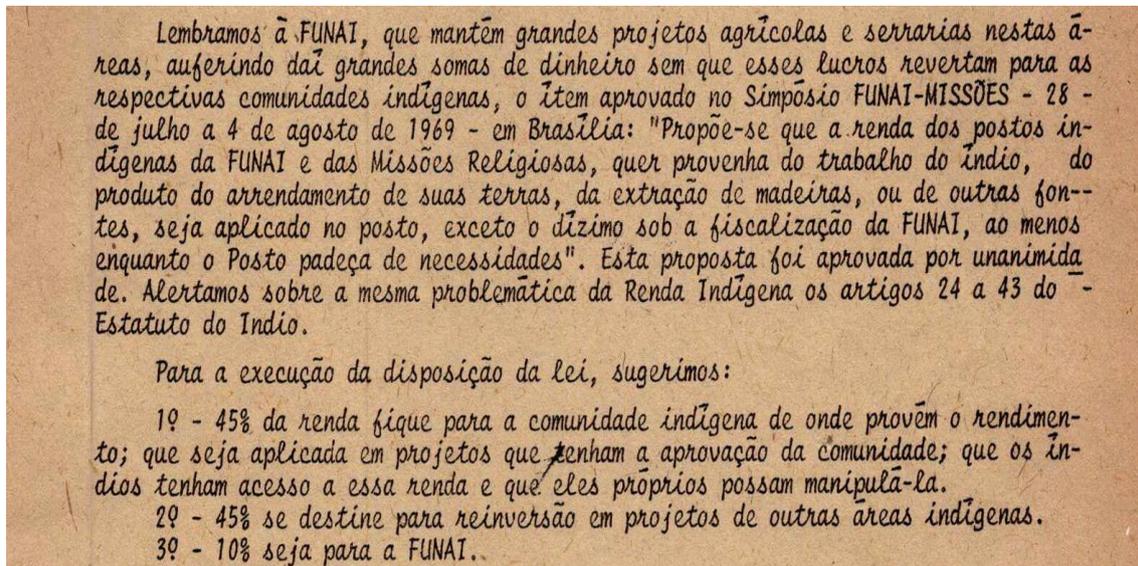
Junta-se aqui também dois documentos produzidos pelo CIMI, em 1974/1975. O primeiro versa sobre Encontros na Região Sul. Neste, há um na qual trata de reunião dos Bispos católicos de Frederico Westphalen (RS), Chapecó (SC) e Palmas (SC) com representantes dos povos Kaingang, Terena, Xavante e Bororo, constatando a situação difícil dos indígenas, por causa do acesso à terra (fls. 07). Há o pedido para o Estado do Rio Grande do Sul, que recupere progressivamente as áreas indígenas que foram destinadas a reservas florestais, pela Assembleia Legislativa, em 1968.

Também se depreende do documento do CIMI, que os projetos agrícolas e serrarias que a FUNAI mantinha nas terras indígenas

¹³ D’ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Entrevista com o professor Wilmar Da Rocha D’Angelis, especialista em línguas indígenas.** Disponível em: <https://forumjustica.com.br/entrevista-com-o-professor-wilmar-da-rocha-dangelis-especialista-em-linguas-indigenas/>. Acesso em: 08 mar 2021. Publicado em: 2020.



ganharam grandes somas de dinheiro, que não se reverteram para estes povos, já que se pede que isto seja feito:



(fls.9)

Ainda também há pedido de que a FUNAI procure preservar as matas, nas áreas indígenas, evitando a derrubada e comercialização, tanto pela sociedade, como pelo próprio órgão. Isto, então, indica que não estava sendo realizado. Mais adiante o documento considera que política indigenista oficial ameaça a autodeterminação dos povos (fls. 13). O segundo documento anexado, traz uma lista de contatos e dá as dimensões das terras indígenas a época.

4. Do pedido

Por todo o acima exposto, requer a juntada ao procedimento dos três documentos em anexo, e o que se segue:

- 1) A análise sobre o trabalho análogo a escravo nas terras indígenas, caracterizado pelos trabalhos forçados, condições degradantes, sem prejuízo da apuração de outros crimes



correlatos, tais como a tortura, cerceamento do direito de ir e vir e a proibição de usarem a própria língua;

- 2) A aferição das perdas às comunidades indígenas, por estimativa do que foi desmatado e por meio da atualização dos ganhos indicados, inclusive, pelo próprio Presidente da Funai a época, na CPI do Congresso Nacional de 1977, visando uma ação judicial de reparação.

Requer ainda a oitiva dos missionários (as) indigenistas aqui relacionados (as), se, por ventura, entender ainda necessários aprofundar ou esclarecer determinados fatos apontados pelos documentos e entrevistas.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Porto Alegre, 11 de março de 2021.

Rodrigo de Medeiros Silva
OAB/RS 102.235A
RENAP/RS

Vinicius Alves Barreto da Silva
RG 27.137.087-3 SSP/RJ
Fórum Justiça

Carlos Frederico Guazzelli
Defensor Público do Rio Grande do Sul (aposentado)
Coordenador da Comissão Estadual da Verdade/RS (2012-2014)



Bruna Medeiros Bolzani
OAB/RS 112.239

Leonardo Pillon
OAB/RS 104.022
Fórum Justiça

José Renato de Oliveira Barcelos
OAB/RS 31.730
Fórum Justiça

Claudete Aires Simas
OAB/RS 80.873
Acesso- Cidadania e Direitos Humanos

Adalene Ferreira Figueiredo da Silva
OAB/RS 107.645

Adriana Dornelles Farias
OAB/RS 60.569

Carolina Schröder Alexandrino
OAB/RS 95.419

Rafael Vieira da Veiga
OAB/RS 103.978B
RENAP/RS

Roberto Antonio Liebgott
RG 4032332019 SSP/RS
CIMI/Sul

Sandro Luckmann
FLD-COMIN

Fernanda Vecchi Pegorini
OAB/RS 83.304

fórum justiça